



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2286 /x (4.ª)

Expeça-se
Publique-se
13 / 5 / 2009
O Secretário da Mesa

Fernando Santos Pereira

Assunto: Situação da Unidade de Surdos de Alhos Vedros

Destinatário: Ministra da Educação

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Apesar da contestação das famílias, dos encarregados de educação e da comunidade local e depois de ter sido o Governo confrontado, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, com a necessidade de manutenção da Unidade de Surdos de Alhos Vedros, o Ministério da Educação prossegue a estratégia de encerramento que já se vinha anunciando.

Através da Pergunta ao Governo nº 1346/X/3ª, o PCP colocou ao Governo um conjunto de questões que não obtiveram nenhuma resposta e que se vêm a provar novamente urgentes e necessárias. Apelo, aliás, ao Governo que, quando confrontado com a pergunta: “de que estudos dispõe o Governo que apontem para a solução de encerramento da Unidade e que mais-valias sociais e políticas daí advirão para a qualidade de ensino e qualidade de vida das famílias...?” não torne a responder com a displicência e leviandade com que o fez na última resposta que nos dirigiu, afirmando tão somente que essa decisão foi “devidamente fundamentada”.

O encerramento dessa unidade significará uma de duas consequências: ou os pais encaminham os seus filhos para o concelho do Seixal – o que é manifestamente uma regressão social do ponto de vista dos seus direitos e da sua qualidade de vida; ou os alunos perdem a possibilidade de ter acesso a um ensino especial dedicado às suas necessidades e permanecem em Alhos Vedros.

Esta política de Ensino Especial do Governo, orientada exclusivamente por critérios economicistas, implica um significativo desarranjo na vida das famílias e tem implicações negativas sérias no processo educativo dos alunos.

É, portanto, lamentável e revelador da falta de sensibilidade social e educativa deste Governo, a insistência na estratégia de encerramento da Unidade de Surdos de Alhos Vedros. Mas além disso, levantam-se muitas outras questões sobre a garantia dos direitos dos alunos e famílias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio da **Ministra da Educação**, me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Vai o Governo concretizar o encerramento da Unidade de Surdos de Alhos Vedros?
2. Quando tenciona o Governo proceder a esse encerramento?
3. Que medidas tomou ou tomará o Governo para procurar soluções alternativas que reforcem os direitos dos alunos surdos, que não passem concretamente pelo encerramento da Unidade de Surdos?
4. A ser verdade que o Governo procederá ao encerramento da unidade, como tenciona salvaguardar os direitos dos actuais alunos e das suas famílias, nomeadamente no plano da qualidade do ensino e da qualidade de vida?
5. De que estudos dispõe o Governo que apontem no sentido da melhoria da qualidade do ensino e da satisfação das famílias por via do encerramento da Unidade?
6. Que melhorias, no âmbito da aprendizagem destas crianças e da qualidade do seu ensino, são esperadas pelo Governo ao criar escolas ditas de referência por deficiência, completamente ao arrepio das melhores práticas e das mais fundamentadas orientações para uma Escola Inclusiva?

Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2009.

Os Deputados,

Miguel Tiago

Bruno Dias

Francisco Lopes